

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima
Roberto de Souza Ayres

Sexta-feira, 23 de novembro de 1990

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes

Henrique Alves de Araújo
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Divida Externa Desconfianças a vencer

O noticiário sobre a renegociação com os bancos credores internacionais tende a concentrar-se mais nas concessões que o governo brasileiro já fez ou poderia ainda fazer no tocante à delicada questão do pagamento de uma parcela dos juros em atraso. Bem menos destaque tem merecido a gradativa mudança na atitude dos bancos com relação aos princípios em que se apóia a posição nacional.

Rechaçada a primeira iniciativa tomada pelo Brasil, em face da recusa terminante dos bancos em discutir qualquer proposta que não contemplasse o pagamento de uma parte dos juros em atraso, o governo, nesta semana, retomou as negociações, com base no pressuposto de que uma situação de impasse não interessa a ninguém. Mas é importante que assinala que a última proposta levada a Nova York pelo embaixador Jório Dauster não se afastou da orientação geral dos responsáveis pela condução da política econômica, ou seja, a de que o País não saldaria mais do que o permitido por sua capacidade de pagamento, determinada pelo superávit fiscal, e que estava excluída a possibilidade de "um gesto de boa vontade" ou "pagamento simbólico".

Em termos mais precisos, o Brasil só fará transferências de recursos ao exterior, a título de abater o total de juros em atraso, se estas não vierem a comprometer o crescimento futuro do País. E, dentro dessa concepção, o governo não poderia tomar qualquer atitude desligada de sua intenção de concluir, no menor espaço de tempo possível, uma renegociação global da dívida externa, envolvendo não só os bancos internacionais mas também o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os governos representados no Clube de Paris.

De acordo com essa linha, o Brasil discutiu nos últimos dias com o comitê de bancos o pagamento de 15% dos juros devidos até dezembro, no valor estimado de US\$ 940 milhões, e 25% dos juros a vencer entre janeiro e março do próximo ano (cerca de US\$ 290 milhões). A proposta, como foi noticiado, não foi descartada liminarmente pelos credores. Eles consideram baixo o total oferecido, esperando receber 30% dos juros pendentes, e le-

vantaram dúvidas sobre a forma de cálculo utilizada pelo governo brasileiro para chegar à capacidade de pagamento do País neste momento.

É significativo, porém, que a segunda parte da proposta brasileira — pagar o restante dos juros atrasados em títulos com prazo de quinze anos e cinco de carência, a uma taxa em torno de 9% — não foi, pelas informações disponíveis, rejeitada.

Uma terceira rodada de negociações deverá ter início no próximo dia 27 em busca de uma fórmula que permita conciliar os interesses das partes, o que acreditamos ser perfeitamente possível, uma vez que não existem antagonismos insuperáveis. O que o País deseja é normalizar o seu relacionamento com a comunidade financeira internacional em bases firmes e duradouras.

É curioso que as principais críticas que se fazem ao Brasil no exterior baseiam-se justamente na falta de credibilidade de seus gover-

nos, depois de várias cartas de intenções firmadas com o FMI, não cumpridas, e de duas moratórias. Ora, é justamente isso que se procura evitar. A política econômica em execução pode ser objeto de reparos e pode bem ser que as projeções sobre a futura capacidade de pagamento do País tenham sido subestimadas, segundo observam analistas internacionais. (Naturalmente, se resultados melhores do que os esperados forem obtidos, o governo só teria motivo para saudá-los.)

Mas, se o Brasil enfrenta esse tipo de suspeitas no exterior, manda a verdade dizer que, depois de uma longa experiência que vem desde meados de 1983, não tem nenhuma credibilidade para a grande maioria dos brasileiros a fórmula pretensamente salvadora de gerar elevadíssimos saldos comerciais para remunerar a dívida. A expectativa de que isso levaria ao ingresso de novos investimentos diretos e à retomada do fluxo de financiamentos privados nunca se concretizou.

Vencer essas desconfianças mútuas é difícil, mas, pouco a pouco, se haverá de chegar a esse ponto, a partir da constatação de que a melhor saída, para os dois lados, é cooperar.